

Eu queria, ao cumprimentá-los e ao cumprimentar os senhores parlamentares que estão aqui também, dizer, em primeiro lugar, que essa vergonha – não há outra palavra para se qualificar o que aconteceu no Rio – requer, da parte de todos os brasileiros e, naturalmente, do Presidente da República, primeiro, uma palavra de solidariedade, porque morreram pessoas. Muitos perderam bens, outros perderam a vida. É algo inaceitável nas condições em que ocorreu.

Não quero me pronunciar sobre o dever da Câmara, porque não me corresponde. Mas eu acho que tão grave quanto utilizar esse tipo de material criminoso é fazer declarações irresponsáveis. Quem as faz não pode estar entre os que julgam o destino do País.

Além disso, eu também queria lhes dizer que, além dos fatos materiais, e já falaremos sobre eles, aqui houve uma palavra que foi utilizada que expressa o sentimento dos brasileiros: impunidade. Essa impunidade começa a ser revista politicamente, mas ela não pode se extinguir na ação política, ela requer outras ações. Espero que o Ministério Público do Rio de Janeiro atue, assim como os diversos órgãos responsáveis pela fiscalização.

Quanto à demanda que me foi trazida, eu também não saberia dizer o fundamento legal dela. Mas tenho certeza de que os congressistas têm poder para criar as condições legais para que se possa atuar nessa direção. Não creio que a Caixa Econômica, sem um documento legal, possa responsabilizar outros que não os beneficiários diretos pelos créditos. Mas, certamente, o Governo apoiará ações parlamentares que viabilizem uma solução na direção que foi aqui sugerida.

A Caixa Econômica tem instruções minhas e já deve estar atuando, lá no Rio de Janeiro; mas ela tem que, naturalmente, se restringir aos estatutos legais. Portanto, provavelmente, o que está sendo discutido e oferecido está limitado por esse contorno legal. E acho que, agora, havendo cooperação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, pode-se buscar uma fórmula viável, para permitir que, pelo menos, os bens materiais sejam reconstruídos. Embora não se possa reconstruir o que se perde na memória e o que se perde na emoção e muito menos os que perdem familiares, pelo menos que seja feita essa reparação àqueles que foram vítimas desse tipo de desonestidade.

Efetivamente, não preciso fazer nenhum exame de material, que já foi feito. Aliás, o exame maior é verificar, como o Brasil todo viu, um prédio se desfazendo. Acredito que isso é alguma coisa inaceitável.

E é claro que não terá sido o único; talvez, como foi dito aqui, um outro prédio ao lado esteja correndo os mesmos riscos. Mas isso mostra o quanto nós ainda estamos atrasados em termos de sociedade e em termos, até diria, de grau civilizatório, porque, na verdade, para que ocorra o que vimos é preciso que haja descasos de muitos níveis. Esses descasos não são atribuíveis a um só nível de responsabilidade, porque, na verdade, é uma coisa que vai se acumulando. E o fato, mesmo, de não haver punição no Brasil para coisas desse tipo – não que não haja legalmente, mas que não haja efetivamente – não desencoraja outros aventureiros a lançarem mão do mesmo tipo de embuste para realizar seus lucros e fazer suas obras.

Não quero me alongar, não acho que seja motivo para ir além daquilo que foi dito. Quando as coisas são fortes, poucas palavras bastam para expressá-las. Da mesma maneira, a resposta minha não pode ser

outra senão a de dizer que estou absolutamente disposto, determinado a, dentro do que se conseguir fazer, em termos legais, buscar uma solução para essa questão levantada. E, independentemente disso, se houver outras possibilidades, dentro dos marcos existentes, podem ter certeza de que a Caixa Econômica Federal estará à disposição para equacionar situações individuais.

Muito obrigado aos senhores.

